

# 17

## Avaliação do projeto alternativo do Dep. Carlos Zaratini (PT/SP) sobre royalties

Até o final deste ano, é grande a possibilidade de votação pela Câmara dos Deputados da proposta que trata da distribuição dos *royalties* de petróleo. No cenário político atual, tanto as lideranças da Câmara quanto o governo federal sinalizam que pretendem, por fim, encaminhar essa regulamentação. Para o Executivo federal, essa legislação é imprescindível para a realização de novas licitações de exploração do petróleo no país.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) prevê que serão duas as propostas que se confrontarão no plenário da Câmara: a proposta aprovada pelo Senado Federal apoiada e elaborada em conjunto com a CNM (PL 2565/2011) e a proposta de parecer informalmente apresentada pelo Deputado Carlos Zaratini.

O presidente da Confederação, Paulo Ziulkoski, lembra que os mais de 5.500 Municípios do país aguardam, desde o ano passado, a votação da Câmara ao projeto já aprovado pelo Senado no dia 19 de outubro. E cita o acordo que foi firmado no gabinete do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), em reunião com a presença do presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), de líderes de todos os partidos no Congresso, de dirigentes da CNM e de prefeitos, na qual ficou estabelecida a votação imediata da proposta por ambas as Casas. O Senado cumpriu o compromisso. Já a Câmara, que pelo acordo deveria apreciar a matéria na semana seguinte à votação do Senado, somente agora dá sinais de que efetivamente votará a matéria.

É preciso toda a atenção dos prefeitos, porque a proposta construída na Câmara (Dep. Zaratini) apresenta alguns retrocessos em relação ao texto do Senado e retira recursos importantes para os Municípios principalmente nos próximos 4 anos.

### A proposta do Senado

Caso prevaleça a proposta original do Senado no PL 2565/2011, os Municípios brasileiros em 2013 receberão de *Royalties*, pelo critério de participação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o valor equivalente a 6,61% do FPM, com um crescimento de 398% em relação ao distribuído em 2012.

Pela regra vigente, o valor do Fundo Especial não chega a representar 1,5% do FPM. É importante ressaltar ainda que a regra aprovada no Senado prevê um crescimento acelerado destes valores ao longo dos próximos anos, uma vez que estabelece uma participação progressiva do Fundo Especial (distribuído pelo FPM) na repartição desse precioso recurso. Esse crescimento pode ser observado na tabela abaixo, pela qual, em 2015, o total distribuído deverá corresponder a 7,86% do FPM.

Comparativo das projeções de Royalties e do FPM (em R\$ milhões)

Projeções	2010	2011	2012	2013	2014	2015
FPM (STN e PLO/PPA ajustado)	53.279	65.674	67.915	74.707	82.336	90.561
FEP - Municípios	644	909	992	4.941	5.969	7.122
FEP em % do FPM	1,21%	1,38%	1,46%	6,61%	7,25%	7,86%

### Porque a proposta do parecer do Dep. Carlos Zarattini não é boa para os Municípios?

Os prefeitos apoiam o texto do projeto aprovado no Senado e não concordam com as alterações sugeridas pelo Deputado Carlos Zarattini (PT-SP), que provavelmente será o relator do projeto no plenário da Câmara. O Deputado cria mais uma regra de transição, estabelecendo um fundo de compensação para Estados e Municípios confrontantes garantindo a receita de 2011 corrigida pela variação do preço do barril de petróleo.

A CNM considera o parecer do Deputado um retrocesso em relação ao projeto aprovado pelo Senado Federal no ano passado, porque a nova proposta aumenta o repasse para apenas 222 Municípios, enquanto outros 5.341 perdem recursos em relação à proposta aprovada pelo Senado. Esses 222 Municípios beneficiados em detrimento dos demais são todos ditos confrontantes e afetados.

Além de reduzir para os próximos anos o percentual destinado ao FPM, o que mais preocupa a CNM é a inclusão no Substitutivo da garantia de receita, para os Estados e Municípios confrontantes e Municípios afetados, equivalente à receita de 2011 corrigida pela variação do preço do barril de petróleo em reais. A inclusão desta regra significa uma redução do valor destinado ao FPM de R\$ 2,4 bilhões dos montantes a serem distribuídos em 2013. Em relação à proposta do Senado, apenas nos próximos 5 anos, o texto do relator implicará redução de R\$ 9,4 bilhões para os Municípios.

Comparativo do projeto aprovado pelo Senado com a minuta de relatório apresentada pelo Dep. Carlos Zarattini (R\$ milhões)

Royalties+PE	2013			2014			2015		
	Proj. Senado	Rel. Dep. Carlos Zarattini	Dif.	Proj. Senado	Rel. Dep. Carlos Zarattini	Dif.	Proj. Senado	Rel. Dep. Carlos Zarattini	Dif.
<b>Total</b>	<b>31.653</b>	<b>31.653</b>	<b>-</b>	<b>35.141</b>	<b>35.141</b>	<b>-</b>	<b>39.923</b>	<b>39.923</b>	<b>-</b>
<b>União</b>	<b>9.897</b>	<b>9.742</b>	<b>(155)</b>	<b>10.873</b>	<b>10.713</b>	<b>(160)</b>	<b>12.666</b>	<b>12.479</b>	<b>(187)</b>
<b>Total Confrontação/Af.</b>	<b>11.873</b>	<b>18.476</b>	<b>6.603</b>	<b>12.330</b>	<b>19.083</b>	<b>6.753</b>	<b>13.012</b>	<b>18.912</b>	<b>5.900</b>
<b>Estados confrontantes</b>	<b>8.192</b>	<b>10.150</b>	<b>1.958</b>	<b>8.470</b>	<b>10.160</b>	<b>1.690</b>	<b>9.108</b>	<b>10.157</b>	<b>1.049</b>
<b>Municípios confrontantes (*)</b>	<b>3.197</b>	<b>6.874</b>	<b>3.677</b>	<b>3.287</b>	<b>7.296</b>	<b>4.009</b>	<b>3.268</b>	<b>7.184</b>	<b>3.916</b>
<b>Municípios afetados</b>	<b>484</b>	<b>1.452</b>	<b>967</b>	<b>574</b>	<b>1.628</b>	<b>1.054</b>	<b>636</b>	<b>1.570</b>	<b>934</b>
<b>Fundo especial</b>	<b>9.883</b>	<b>3.435</b>	<b>(6.448)</b>	<b>11.938</b>	<b>5.345</b>	<b>(6.593)</b>	<b>14.245</b>	<b>8.533</b>	<b>(5.712)</b>
FPM	4.941	1.718	(3.224)	5.969	2.672	(3.296)	7.122	4.266	(2.856)
FPE	4.941	1.718	(3.224)	5.969	2.672	(3.296)	7.122	4.266	(2.856)

(\*) inclui municípios de estados confrontantes que recebem pelo ICMS

OBS: Para Dep. Zarattini - variação de preço utilizada foi o crescimento do preço de referência médio nos campos de Marlin Sul e Roncador entre março 2011 e março 2012

Brasília, outubro de 2012.